



ATELIÊ

técnico-científico

Caderno de Resumos de
Manhuaçu

ANAIS - 2º Semestre de 2017
V. 1 - Nº: 2 2017

Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil
Rua Getúlio Vargas, 700- Coqueiro, Manhuaçu- MG | Cep: 36900.000



ATELIÊ CIENTÍFICO
II SEMANA CIENTÍFICA DOCTUM MANHUAÇU
CADERNO DE RESUMO DE MANHUAÇU

ANAIS – 2º SEMESTRE DE 2017
13 DE NOVEMBRO

ANO II – VOLUME I

ISSN: 2595-8526

EDITOR E ORGANIZADOR:
PROF. Ma. ISABELLE WERNER DE LEMOS BRISSIO

**O Ateliê Científico: Caderno de Resumo é uma publicação semestral
da Unidade Doctum de Manhuaçu – MG**

**REDE DE ENSINO DOCTUM – INSTITUTO ENSINAR
BRASIL**



EXPEDIENTE

Rede de Ensino Doctum Presidente

Cláudio César Azevedo de Almeida Leitão

Superintendente de Ensino

Ma. Ivana Leitão

Diretora de Ensino Superior

Ma. Heloisa Albuquerque

Coordenadora Geral de Pesquisa

Dr^a. Iana Soares de Oliveira Penna

Autor Corporativo

Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil

Direção de Relações Institucionais

Alexandre Leitão

Direção da Unidade de Manhuaçu

Dr. Rodrigo Mendes Cardoso

Coordenação Acadêmica

Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Coordenação de Pesquisa

Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Coordenadores de Curso

Administração - Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Ciências Contábeis – Ms. Roberto Miranda Pimentel Fully

Direito – Ms. Rodrigo Mendes Cardoso



APRESENTAÇÃO

O processo de pesquisa na Rede Doctum de Ensino é entendido como toda e qualquer atividade em que os esforços de ampliação do saber vigente e a busca da inovação, que possuem por fim alimentar a educação universitária seja a tônica. Tal conceito visa ao ensino, que forma a disposição investigativa, a promoção do desenvolvimento tecnológico e social para promover a redução das desigualdades regionais e nacionais.

O Ateliê Científico é o espaço de apresentação dos conhecimentos produzidos nos GRULES de forma original, privilegiando sempre as produções científicas como artigos, resenhas críticas ou temáticas, resumos expandidos, painéis, comunicações, ensaios, softwares, jogos pedagógicos, entre outros.

Sendo assim, as Faculdades Doctum de Manhuaçu recebem em seus Ateliês a comunidade de Manhuaçu para conhecer e aprender com os alunos os conhecimentos científicos que são produzidos na instituição e que servirão para o desenvolvimento de uma melhor sociedade.

Neste semestre a unidade reúne todos os eventos científicos e culturais desenvolvidos pelos diversos curso e apresenta a III Semana Científica Doctum Manhuaçu para toda a comunidade acadêmica e a comunidade local.

Obrigada a todos os envolvidos pelo empenho e dedicação no desenvolvimento e organização do Ateliê. Até o próximo!!

Manhuaçu, 13 de Novembro de 2017

Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Coordenadora de Acadêmica – Unidade Manhuaçu



Sumário

Curso de Ciências Contábeis	05
Curso de Administração	08
Curso de Direito	11



Curso de Ciências Contábeis



1º Período e 2º Período de Ciências Contábeis

ENSAIO TEÓRICO PARA REFLEXÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO LOCAL

Roberto Fully, José Flávio Barroso Madaleno, Vagner Bravos, Fernanda Baia, Adair Oliveira, Isabel de Jesus

Resumo

O presente ensaio teórico propõe como tema de reflexão à questão do desenvolvimento humano com a perspectiva de relacionar com o local onde a pessoa vive e como este ambiente a influência, bem como a própria comunidade também influencia o próprio ambiente a sua volta.

Neste sentido iremos estruturar a revisão teórica discorrendo inicialmente no sentido *latu sensu* sobre o desenvolvimento humano e posteriormente iremos desenvolver o arcabouço teórico sobre a literatura científica que relaciona o desenvolvimento econômico ao local onde ocorre e por fim mostrarmos como isso ocorre em municípios de pequeno porte.

É salutar entendemos o arcabouço teórico que relaciona desenvolvimento humano com municípios de pequeno porte dado que o Brasil tem em sua grande maioria cidades de pequeno porte que suporta grande parte da sua população, e em sua grande maioria estes municípios são sustentados pelo agronegócio.

Propõe-se neste ensaio fazer uma reflexão da correlação simbiótica entre a comunidade e o ambiente, e assim seu reflexo no seu próprio desenvolvimento a fim de expressar um quadro teórico sinóptico que permita uma leitura de políticas públicas de inclusão econômica e social para os municípios de pequeno porte.

Este artigo está subdividido em 03 capítulos, inicialmente por esta introdução, a seguir pela fundamentação teórica que abarcará a fundamentação teórica deste ensaio e por fim o capítulo de reflexões baseados na análise desta fundamentação teórica.

Palavras-chave: Governança Corporativa, Administração Pública, Políticas Públicas.



3º Período e 4º Período de Ciências Contábeis

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU-MG

Moacyr Rodrigues Simão, Walter Toledo, Ricardo Ker Elias, Kássia da Matta Silva, Poliana Aparecida Barros, Maria Eduarda de Oliveira Abreu, Paola Rodrigues, Rafaela Matildes, Lucas Costa Freire.

Resumo

Este estudo teve o objetivo de avaliar a satisfação dos usuários do SUS da cidade de Manhuaçu-MG, e para isso foi usado a pesquisa bibliográfica e descritiva transversal onde foi descrito o que os usuários do SUS dos estudos levantados e dos usuários dos postos de Manhuaçu acham dos serviços ofertados e do ambiente de atendimento. Para atingir este objetivo tentou-se responder ao Problema de pesquisa: Qual é a satisfação dos usuários do SUS da cidade de Manhuaçu? através de um questionário, a resposta é que não há uma avaliação nem tão positiva e nem tão negativa e sim pontos a se melhorar.

Palavras-chave: SUS, Satisfação e gestão pública.



Curso de Administração



1º Período e 2º Período de Administração

ENSAIO TEÓRICO SOBRE A RELAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Roberto Fully, José Flávio Barroso Madaleno, Vagner Bravos, Élica Aparecida Costa, Mayara Leite Martins

Resumo

O presente trabalho tratou-se de um ensaio teórico sobre a terceirização no âmbito da assistência social e a precarização causada por ela. Iniciou-se os estudos procurando relatar os efeitos da terceirização em meio a grande crise mundial enfrentada na última década. Foi constatado uma possível terceira subclasse, surgindo com menos direitos e menos reconhecimento. No decorrer deste ensaio foi apresentado estudos que mostram os efeitos ocorridos de forma geral e ampla no Brasil, verificou-se a insignificância na qual o trabalhador está sendo tratado, tanto para as empresas como para o governo estatal, que nos levou enfim a especificar os efeitos causados dentro da Assistência Social, as conclusões feitas nesta perspectiva mostrou um pensamento positivo e significativo nos projetos do CRAS e do CREAS.

Palavras-chave: Terceirização, Crise mundial e Precarização do Trabalho.



3 ° Período e 4° Período de Administração
**GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL E SEUS PROGRAMAS DE INCENTIVO PARA O
ACESSO AO ENSINO BRASILEIRO**

Moacyr Rodrigues Simão, Walter Toledo, Ricardo Ker Elias, Ana Célia Mendes da Silva; Ana Paula Ramaldes, Bruno Rodrigues, Luis Otávio dos Santos, Julia Leite, Sheldon Dutra e Renata Emerick

Resumo

O presente artigo visa abordar um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado, que é o direito à educação. Entretanto, os estudos foram voltados às políticas públicas de acesso ao ensino superior, que é um tema recente e de múltiplas opiniões e visões. A implementação dessas políticas para atender às demandas da sociedade e garantir aos cidadãos o direito à educação são vistas como mecanismos de democratização do acesso ao ensino superior para grande parte da população que via esse ensino como inacessível, que é o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Assim, pretende-se estudar as políticas públicas, suas principais características e mudanças, verificar o Estado em sua forma de atuação e detectar se essas ações estão, de fato, democratizando o acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: PROUNI, Acesso ao Ensino Superior, Políticas Públicas, Educação.



Curso de Direito



1º Período de Direito

AS COTAS RACIAIS

Eliéser de Freitas Ribeiro, Rafael Soares Firmino, Priscila Martins Delfim, Adilson Hilário, Carolina da Matta Ambrósio, Débora Freitas Duarte, Elton Netto Moreira e Silvania Fehelberg.

Resumo

O multiculturalismo está presente nas sociedades hodiernas. Neste país isso não é diferente. O Brasil tem uma população muito heterogênea. As diferenças entre as classes sociais, as faixas etárias, as condições físicas ou mentais dos indivíduos, o sexo, as raças, dentre outras, são características evidentes no Estado. O presente trabalho busca apresentar o tratamento que o poder público tem dispensado às minorias e aos grupos vulneráveis, especialmente aquele relacionado aos negros e pardos, qual seja: a garantia da aplicação dos direitos fundamentais, respeitando as individualidades de cada componente da sociedade. Tendo como foco as cotas raciais, pretende-se demonstrar as medidas adotadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário na resolução da questão alusiva à inclusão dos negros em universidades e órgãos públicos. A partir dessa ação afirmativa, um dos objetivos da presente atividade é apontar alguns argumentos utilizados em relação a essa política denominada inclusiva, a qual tem dividido a opinião da população brasileira.

Palavras-chave: Multiculturalismo, Direitos Fundamentais, Cotas Raciais, Negros.



2º Período de Direito
Turma A

DIREITO HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Walter Veloso, Marcorélio Rodrigues, Júlia Mara Pimentel, Amanda da Rocha; Brenda Queiroga; Edilaine Evangelista; Eduarda Câmara; Paula Hott e Tônia Carla.

Resumo

A pesquisa realizada pelos alunos do 2º período de Direito, a partir do Grupo Docente Interdisciplinar – GDI, formado pelas disciplinas de Direito Civil I, Projeto Integrador II e Introdução ao Estudo do Direito, tem como fio condutor o tema: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais e como subtema: Direito, Diferenças e Desigualdades: uma análise da Lei Maria da Penha aplicada ao gênero feminino promoverá uma reflexão interdisciplinar sobre o lugar/papel dos marcadores sociais de gênero e sexualidade na produção da justiça e administração de conflitos no Brasil, e de que maneira o mesmo sistema de justiça, transforma ou reproduz as desigualdades sociais advindas desses marcadores; bem como, contribui com um amplo debate conceitual sobre o acesso e a administração de conflitos que envolvam as minorias marginalizadas no Brasil, mais precisamente no que diz respeito como o ordenamento trata tais minorias - na dimensão mais social do “fazer justiça”, a partir da Constituição Federal de 1988. Todas as disciplinas que formaram o GDI contribuíram para o entendimento do texto base intitulado: “A Lei Maria da Penha Aplicada ao Gênero Feminino” de autoria de Laura Nayara Gonçalves Costa Gomes, publicado no ano de 2011. O Direito Civil trazendo noções do conceito de pessoa e dignidade e a disciplina de IED informando como o Direito atua diminuindo as desigualdades promovendo e a igualdade material, seja pelas ações afirmativas ou por uma legislação mais rigorosa como a Lei Maria da Penha que tenta atenuar a violência de gênero.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Dignidade, Gênero.



2º Período de Direito
Turma B

DIREITO HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Walter Veloso, Marcorélio Rodrigues, Júlia Mara Pimentel, Ana Carolina Baia de Paula; Ana Carolina Vilela Soares; Ana Paula Emerick da Silva; Diana de Souza Viana; Igor da Silva Côrtes; Jussara Souza Soares; Laiz Ferreira Mendes.

Resumo

A pesquisa realizada pelo alunos do 2º período de Direito, a partir do Grupo Docente Interdisciplinar – GDI, formado pelas disciplinas de Direito Civil I, Projeto Integrador II e Introdução ao Estudo do Direito, tem como fio condutor o tema: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais e como subtema: Direito, Diferenças e Desigualdades: uma análise da Lei Maria da Penha aplicada ao gênero feminino promoverá uma reflexão interdisciplinar sobre o lugar/papel dos marcadores sociais de gênero e sexualidade na produção da justiça e administração de conflitos no Brasil, e de que maneira o mesmo sistema de justiça, transforma ou reproduz as desigualdades sociais advindas desses marcadores; bem como, contribui com um amplo debate conceitual sobre o acesso e a administração de conflitos que envolvam as minorias marginalizadas no Brasil, mais precisamente no que diz respeito como o ordenamento trata tais minorias - na dimensão mais social do “fazer justiça”, a partir da Constituição Federal de 1988. Todas as disciplinas que formaram o GDI contribuíram para o entendimento do texto base intitulado: “A Lei Maria da Penha Aplicada ao Gênero Feminino” de autoria de Laura Nayara Gonçalves Costa Gomes, publicado no ano de 2011. O Direito Civil trazendo noções do conceito de pessoa e dignidade e a disciplina de IED informando como o Direito atua diminuindo as desigualdades promovendo e a igualdade material, seja pelas ações afirmativas ou por uma legislação mais rigorosa como a Lei Maria da Penha que tenta atenuar a violência de gênero.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Dignidade, Gênero.



2º Período de Direito
Turma C

DIREITO HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Walter Veloso, Marcorélio Rodrigues, Júlia Mara Pimentel, Adriano Cláudio Pereira Carvalho; Geissiane Teixeira Veríssimo; Irineu de Oliveira Costa; Iury Queiroz Mendes; João Marcos da Rocha Filho; João Nathan Darissi Firmino; Silvio Luiz Cota de Sousa.

Resumo

A pesquisa realizada pelos alunos do 2º período de Direito, a partir do Grupo Docente Interdisciplinar – GDI, formado pelas disciplinas de Direito Civil I, Projeto Integrador II e Introdução ao Estudo do Direito, tem como fio condutor o tema: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais e como subtema: Direito, Diferenças e Desigualdades: uma análise da Lei Maria da Penha aplicada ao gênero feminino promoverá uma reflexão interdisciplinar sobre o lugar/papel dos marcadores sociais de gênero e sexualidade na produção da justiça e administração de conflitos no Brasil, e de que maneira o mesmo sistema de justiça, transforma ou reproduz as desigualdades sociais advindas desses marcadores; bem como, contribui com um amplo debate conceitual sobre o acesso e a administração de conflitos que envolvam as minorias marginalizadas no Brasil, mais precisamente no que diz respeito como o ordenamento trata tais minorias - na dimensão mais social do “fazer justiça”, a partir da Constituição Federal de 1988. Todas as disciplinas que formaram o GDI contribuíram para o entendimento do texto base intitulado: “A Lei Maria da Penha Aplicada ao Gênero Feminino” de autoria de Laura Nayara Gonçalves Costa Gomes, publicado no ano de 2011. O Direito Civil trazendo noções do conceito de pessoa e dignidade e a disciplina de IED informando como o Direito atua diminuindo as desigualdades promovendo e a igualdade material, seja pelas ações afirmativas ou por uma legislação mais rigorosa como a Lei Maria da Penha que tenta atenuar a violência de gênero.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Dignidade, Gênero.



3º Período de Direito

A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DOS GRAFISMOS URBANOS NO ROL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Keiciane Valério Emerick Priscila Martins Delfim, Fabrício Emerick, Anahor Berbet, Lorena Emerick, David Bastos Thales Monteiro e Victória Braga.

Resumo

É notável o alargamento que o conceito de Patrimônio Cultural recebeu com o passar dos anos, contudo, muitas dúvidas acerca do que se adequa dentro desse conceito ainda persistem, e isso se dá porque a Constituição Federal deixou o rol aberto, conforme previsão do Artigo 216, que trouxe valores que guiam o Estado e a sociedade na construção da cultura nacional, a exemplo da própria identidade e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Tem-se, portanto, atualmente a identidade ligada intrinsecamente ao conceito de patrimônio cultural, desde que, naturalmente, tenha referência ao sentimento de pertença nacional.

Por mais que o Direito à cidade tenha ganhado grande aporte constitucional em 1988, a partir da previsão da proteção dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, ainda há outras questões que carecem de uma análise pormenorizada, a exemplo da discussão que tem como pano de fundo os grafismos urbanos, que ganham cada vez mais espaço nas cidades.

Palavras-chave: Grafismo, Patrimônio Cultural Brasileiro.

4º Período de Direito



Turma A

A PRECARIIDADE DO SANEAMENTO BÁSICO DE MANHUAÇU-MG FRENTE ÀS DIVERSAS REGULAMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Rafael Soares Firmino, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Gonzaga, Brunna de Paula Cunha Herculano; Ludimila de Souza Garcia; Lycia Ribeiro de Castro; Matheus da Silva Coelho; Micael Gonçalves Santos; Renan Almeida da Silva

Resumo

De modo geral, boa parcela das doenças a população está intrinsecamente associada aos problemas sanitários, como o consumo de água de má qualidade, a falta de coleta e a disposição inadequada dos esgotos. Um ambiente poluído pode proporcionar epidemias de dengue, cólera, disenteria, esquistossomose, leptospirose, dentre muitas outras enfermidades. Segundo levantamento do IMRS (Índice Mineiro de Responsabilidade Social), 1,51 % das internações em 2011 foram por doenças relacionadas ao saneamento ambiental de veiculação hídrica inadequado. A faixa etária com maior incidência foi em crianças de 1 a 9 anos.

A infra-instrutora e o saneamento ambiental presentes no plano diretor do município de Manhuaçu-MG instituído pela Lei Complementar nº 001, de 25 de julho de 2017, obtém como garantia, tanto para comunidades urbanas quanto para zonas rurais, a acessibilidade aos serviços públicos, infra-instrutora e saneamento básico, o que gera a promoção do bem estar social, qualidade de vida e saúde pública, ainda mostrando através de seu Art. 10, III dispendo sobre a função social da propriedade que deve adequar-se a fim de conservar os recursos naturais para o desenvolvimento municipal, comparando de forma analógica com a função social dos contratos no Direito Civil, onde o direito privado deve ser limitado pelo interesse de terceiros ou da população.

Para uma melhor análise, foi feita uma visita ao SAAE de Manhuaçu- MG, onde foram esclarecidas algumas dúvidas a respeito do saneamento no município supra. Através desta, viu-se que a situação descrita é alarmante, pois o setor responsável está com um déficit de materiais e capital para a abrangência de toda a rede de esgoto necessária ao atendimento da população local, tendo em vista o disposto a Lei Municipal nº 3.558, de 21 de dezembro de 2015, onde aprova o Plano Municipal de Saneamento e as demais disposições Constitucionais e Infraconstitucionais.

Nesse sentido, a atuação do Ministério Público é de extrema relevância para fiscalização do cumprimento das Leis e da aplicação dos Recursos Federais.

Essa atuação se dá por meio de Inquérito Civil Público e pela Ação Civil Pública, que são mecanismos investigativos do MP.

Através de visita ao órgão do *parquet*, verificou-se que no município em análise tramita desde o ano de 2014 um Inquérito Civil Público a fim de investigar obras de saneamento básico que receberam recursos federais e estão abandonadas e depredadas.

Ademais, com o incêndio que culminou na perda de diversos tubos que deveriam ter sido usados na obra da Estação de Tratamento de Esgoto de Manhuaçu, causando prejuízo de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), foi realizada pelos discentes uma representação no Ministério Público para que seja investigada a responsabilidade pelos danos causados.

Nesse diapasão, pensar no meio ambiente através do saneamento básico é refletir que quanto menor a incidência de doenças pela necessária adequação das obras públicas, maior é o número e pessoas saudáveis, trabalhadores ativos, reduções significativas de internações hospitalares, resultando menos desperdícios de recursos.

Palavras-chave: Saneamento Básico, Manhuaçu/MG.



4º Período de Direito

Turma B

**A PRECARIEDADE DO SANEAMENTO BÁSICO DE MANHUAÇU-MG FRENTE
ÀS DIVERSAS REGULAMENTAÇÕES LEGISLATIVAS**

Rafael Soares Firmino, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Bruno Gonzaga, Anderson José Knupp; Cleversson Mendes; Diogo de Souza; Janilza Teodoro; Karie Eduarda da Silva e Stênio Washington Rodrigues.

Resumo

O Trabalho desenvolvido em sala fez uso do artigo “o Direito Fundamental à Cidade Sustentável e o papel do Ministério Público: um estudo de caso”, que teve como apoio para os pesquisadores a teoria da economia, conferido relevo ao objeto de tutela do bem jurídico coletivo, traçando as características do uso não exclusivo, não distributível e não divisível, tratando a impossibilidade de divisão em porções e atribuí-las individualmente. O texto trata de atitudes individuais que trazem o resultado naturalísticos-material que é pressuposto de acumulação. Por sua vez a figura “Free Rider” oriunda da teoria da econômica e da filosofia moral, somente aplicável aos bens coletivos. No âmbito da teoria econômica, o “Free Ride” é concebido como uma figura parasitária, que aproveitem justamente o cumprimento das normas por parte dos demais membros da coletividade que não contribui com seus custos e com o pagamento de impostos, uma vez que se trata de um bem indivisível e não distributivo.

O objetivo final foi trazer idéias de como usufruir da propriedade urbana visando o bem coletivo, a segurança, o equilíbrio ambiental e o bem-estar dos cidadãos como um interesse social.

Palavras-chave: Saneamento Básico, Manhuaçu/MG.



5º Período de Direito

A EVOLUÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL DO MEIO AMBIENTE

Gabriela Mendes Ferreira Rios, Alexandre Tavares, Keiciane Valério Emerick, Adeliny Aparecida de Souza Freitas, Elias Osvaldo Ribeiro da Rocha, Davi Ribeiro de Souza, Layla Vergas Lopes, Laryssa Helen Clemente Santana Souza, Lucioni Alves da Silva, Mayson Knupp, Paloma Felipe Silva Benevides, Robiane Soares, Wilian Soares de Freitas.

Resumo

O meio ambiente pode ser descrito como o local em que o homem se encontra e do qual ele retira tudo o que é necessário para sua existência. A preservação desse espaço é de extrema importância, pois o ecossistema é um conjunto de engrenagens que depende de todas as peças em seus respectivos locais para bom funcionamento, ou seja, a partir do momento que o homem começa a praticar uma devastação severa a esse meio ele está destruindo o seu próprio habitat e todos os recursos que ele precisa para sobreviver. Atualmente tenta se inserir na sociedade a conscientização de que todos são responsáveis pelo meio ambiente seja ele o dono de uma grande empresa ou seu funcionário, ambos são culpados pela destruição e ambos vão pagar o mesmo preço. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi inserido uma seção específica para tratar de assuntos relacionados ao meio ambiente, após apelo popular os legisladores passaram a dar devida atenção à proteção ambiental, ficou claro que a preservação do meio ambiente garantiria a preservação da vida, após sete anos de tramitação a Lei 9.605/98 trata de normas administrativas e penais sobre condutas lesivas, as normas que tutelam o meio ambiente são caracterizadas em sua maioria como normas penais em branco que dependem de uma complementação, para isso tanto as leis emanadas da União, Estados ou Municípios, poderão complementar as normas penais ambientais que necessitarem. Por esse motivo também deve se assegurar punibilidade as pessoas jurídicas por crimes ambientais e não apenas aplicação de medidas sancionatórias extra-penais, visto que as pessoas físicas podem pagar multas e ser responsabilizadas, então que se puna e responsabilize aqueles que estão por trás das PJ.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Tutela; Evolução.



6º Período de Direito
Turma A

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: PRESSUPOSTO À VIDA DIGNA DE TODOS OS POVOS

Gabriela Mendes Ferreira Rios, Frederico Dutra, Walter Veloso Dutra, Aline das Graças e Silva; Arrail Borel Neto; Daniella Eloi de Souza; Larissa Natália Rocha ; Luana Pereira Clemente ; Maria Paula Oliveira Gonçalves Lima ; Natália Labanca Felipe Teixeira ; Ronaldo Santos.

Resumo

Resumo É patente que, a evolução das relações sociais está atada ao surgimento do Direito ao Desenvolvimento. Tema também no território internacional, pode-se perceber que esse direito faz parte de um processo global, que tem como destinatário a pessoa humana e a satisfação dos seus interesses individuais e coletivos. Logo, toda espécie de desenvolvimento tem como fundamento a economia, a cultura, a política, a sociedade, bem como análise do contexto histórico em que está inserido. Assim, entende-se o Direito ao Desenvolvimento um direito fundamental e integrante de uma responsabilidade comum a toda nação.

Palavras-chave: Direito, Desenvolvimento, Evolução Histórica, Economia e Sociedade.



6º Período de Direito
Turma B

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: PRESSUPOSTO À VIDA DIGNA DE TODOS OS POVOS

Gabriela Mendes Ferreira Rios, Frederico Dutra, Walter Veloso Dutra, Adrielly Bianquy Alves, Ágnda de Fátima Mayrinck, Daiane Stéfani de Paula, Flávia Amorim de Souza, Kellen Kristina Andrade, Nara Cristina Prata, Rebeca Louzada da Silva, Robert Junior da Mata, Suelen Nunes Silveira, Thaís de Oliveira Resende.

Resumo

Resumo É patente que, a evolução das relações sociais está atada ao surgimento do Direito ao Desenvolvimento. Tema também no território internacional, pode-se perceber que esse direito faz parte de um processo global, que tem como destinatário a pessoa humana e a satisfação dos seus interesses individuais e coletivos. Logo, toda espécie de desenvolvimento tem como fundamento a economia, a cultura, a política, a sociedade, bem como análise do contexto histórico em que está inserido. Assim, entende-se o Direito ao Desenvolvimento um direito fundamental e integrante de uma responsabilidade comum a toda nação.

Palavras-chave: Direito, Desenvolvimento, Evolução Histórica, Economia e Sociedade.



7º Período de Direito

A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO DE 2015

Gabriela Mendes Ferreira Rios, Bruno Gonzaga, Diogo Abineder, André Veloso, Joseane da Silva, Leandro Daloy, Luyara Aline Costa, Matheus Andrade, Taís Conrado.

Resumo

Os conflitos familiares são inerentes nas relações interpessoais, na esfera familiar algumas conseguem solucionar seus conflitos de forma amigável entre si, mas quando essa passividade não é possível geram litígios que muitas das vezes só são solucionados nas vias judiciais. A ideia de intervenção do Estado nos núcleos familiares vem sofrendo significativas mudanças no últimos anos. A judicialização dos conflitos é prática quase ou certamente cultural brasileira, todo e qualquer tipo de matéria é levada a decisão judicial, pasmem, não ser diferente em assuntos tão íntimos e pessoais como a família que acabam sendo decididos por terceiro e a força no Estado. O problema é que esta prática, gera verdadeiras batalhas que se arrastam por longos anos e produzem traumas muitas das vezes irreparáveis à família. Neste modo a Mediação e Conciliação são alternativas como método na solução de conflitos familiares, visando maior celeridade do processo e efetiva solução dos conflitos. Este trabalho apresentará as mudanças da legislação no que tange a reforma do Código de Processo Civil Brasileiro em relação a Mediação e Conciliação dos conflitos familiares.

Palavras-chave: Conciliação; Mediação; Conflitos familiares.



8º Período de Direito
Turma A

A IMUNIDADE DO ITBI SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS PARA PESSOA JURÍDICA EM REALIZAÇÃO DE CAPITAL X O ENTENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS E POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL

Keiciane Valério Emerick, José Flávio Barroso Madaleno, Roberta Helena Maciel Silva, Paulo Henrique Antunes, Luisa de Castro Graze Garcia, Loren Ribeiro de Abreu.

Resumo

A Constituição e o CTN são claros em relação às hipóteses de aplicação da imunidade, sendo fator decisivo a caracterização da preponderância das atividades de compra, venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis da pessoa jurídica adquirente. Como pode-se perceber, tanto a Carta Maior como o Código Tributário Nacional têm redação clara e objetiva em relação à imunidade do ITBI sobre a transmissão de bens imóveis quando a sua incorporação ao patrimônio da pessoa jurídica se dá em decorrência de integralização de capital social. A exceção desta regra ocorre quando a pessoa jurídica adquirente possui atividade preponderante de compra, venda, aluguel ou arrendamento mercantil de imóveis, nos termos previstos na redação constitucional acima mencionada. Regulamentando o texto constitucional, o §1º do art. 37 do CTN determina quando se caracterizam as atividades preponderantes de compra, venda, aluguel ou arrendamento mercantil de imóveis, conforme verificaremos no decorrer deste artigo. Portanto, de acordo com a redação das duas principais cartas de regência tributária de nosso ordenamento, vislumbra-se com clareza e objetividade todas as condições e requisitos para que seja aplicada a imunidade do ITBI incidente sobre a transferência de imóveis para pessoas jurídicas à título de integralização de capital.

Palavras-chave: Pessoa Jurídica, Direito Tributário, ITBI.



8º Período de Direito
Turma B

**A IMUNIDADE DO ITBI SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS PARA
PESSOA JURÍDICA EM REALIZAÇÃO DE CAPITAL X O ENTENDIMENTO DOS
MUNICÍPIOS E POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL**

Keiciane Valério Emerick, José Flávio Barroso Madaleno, Maurícia Silva Santos, Luana Silvestre de Oliveira, Denise Morone Perígolo

Resumo

A Constituição e o CTN são claros em relação às hipóteses de aplicação da imunidade, sendo fator decisivo a caracterização da preponderância das atividades de compra, venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis da pessoa jurídica adquirente. Como pode-se perceber, tanto a Carta Maior como o Código Tributário Nacional têm redação clara e objetiva em relação à imunidade do ITBI sobre a transmissão de bens imóveis quando a sua incorporação ao patrimônio da pessoa jurídica se dá em decorrência de integralização de capital social. A exceção desta regra ocorre quando a pessoa jurídica adquirente possui atividade preponderante de compra, venda, aluguel ou arrendamento mercantil de imóveis, nos termos previstos na redação constitucional acima mencionada. Regulamentando o texto constitucional, o §1º do art. 37 do CTN determina quando se caracterizam as atividades preponderantes de compra, venda, aluguel ou arrendamento mercantil de imóveis, conforme verificaremos no decorrer deste artigo. Portanto, de acordo com a redação das duas principais cartas de regência tributária de nosso ordenamento, vislumbra-se com clareza e objetividade todas as condições e requisitos para que seja aplicada a imunidade do ITBI incidente sobre a transferência de imóveis para pessoas jurídicas à título de integralização de capital.

Palavras-chave: Pessoa Jurídica, Direito Tributário, ITBI.

